

# Aposentadoria é direito e não favor

ARTUR MARQUES DA SILVA FILHO  
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS  
PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (AFPEP)

Um dos problemas mais graves que o Brasil precisa solucionar diz respeito à qualidade da vida dos aposentados, que serão cada vez mais numerosos em proporção à população economicamente ativa, à medida que a longevidade média vai aumentando e os índices de natalidade, diminuindo. Trata-se de um gargalo persistente há décadas, que vem sendo postergado com medidas paliativas e sempre desfavoráveis aos trabalhadores.

Toda vez que se fala em reforma previdenciária, já se conhece previamente o desfecho: aumento das exigências do tempo de contribuição e/ou da idade mínima para aposentadoria, sob a desgastada alegação de que o déficit do INSS é uma das causas do desequilíbrio fiscal do Estado. Ora, num país no qual mais de 90% dos trabalhadores, segundo estudos de consultorias e dados oficiais, ganham menos do que três mil reais mensais, como imaginar que o sistema de aposentadorias seja bancado pela classe laboral?

É preciso uma política efetiva de Estado para atender o direito inalienável de aposentadorias dignas. A primeira medida nesse sentido seria rever drasticamente os incentivos fiscais. Em 2023, segundo publicou o site da Câmara

dos Deputados, as renúncias de impostos em benesses concedidas pela União a parcelas da sociedade chegaram a R\$ 456 bilhões, ou 4,29% do PIB.

O valor é superior ao que o Governo Federal gasta anualmente com o pagamento do quadro de pessoal e 1,7 vez mais alto do que o saldo negativo do INSS acumulado de janeiro a outubro de 2023, que foi de R\$ 267,5 bilhões. Ou seja, cortando cerca de apenas metade dos subsídios tributários, a União teria mantido a Previdência absolutamente saneada. E, se extinguisse o total dos estímulos, poderia ter estabelecido, em janeiro último, um reajuste aos aposentados e pensionistas do INSS, sem qualquer déficit, bem maior do que os 3,7% equivalentes à inflação do ano anterior. Este critério para atualização dos proventos, cabe lembrar, é determinado por uma lei que, de certa forma, pune o trabalhador e, portanto, precisa ser revista.

E aí, alega-se, levemente, que são os beneficiários do INSS e os servidores públicos, inclusive os aposentados por regimes previdenciários próprios dos governos estaduais, municipais e federal, os responsáveis pelo déficit orçamentário do erário e o rombo da

Previdência. Pergunta-se: quanto a chamada desoneração da folha de pagamentos, vigente desde 2011 e pela qual continuam brigando ferozmente 17 dos maiores setores de atividades do Brasil, já drenou de recursos do INSS?

É pertinente enfatizar que esse subsídio concedido a milhares de empresas significa substituir a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre os salários por alíquotas que variam de 1% a 4,5% da receita bruta. É uma grande operação contábil, que transfere dinheiro do financiamento das aposentadorias para o cofre dos empregadores. Este é apenas um de muitos exemplos de como é distorcida a visão referente à questão previdenciária no Brasil.

A tóxica verdade é que os aposentados brasileiros, sejam do INSS ou dos sistemas próprios para o funcionalismo público estatutário, são reféns de estruturas previdenciárias invariavelmente mal concebidas e geridas. Temos clara percepção do problema no quadro dos 244.317 associados (dados de 22/01/2024) da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPEP), uma amostragem significativa, pois a entidade é a maior do gê-



ro na América Latina, congregando servidores da União, do governo estadual e das prefeituras que atuam no território paulista. Do total, 94.085 são aposentados, sendo 47%, ou 44.220, por meio do INSS e 53%, ou 49.865, por regimes próprios de São Paulo, prefeituras ou do Governo Federal.

Os primeiros dependem da famigerada lei do reajuste pela inflação do ano anterior; os segundos estão submetidos às decisões dos governos da União e das unidades federativas, que invariavelmente têm sido no sentido de congelar os valores dos salários e proventos por longos períodos. E

todos, como ocorre com a imensa maioria dos aposentados brasileiros, estão com os vencimentos muito defasados. É preciso mudar esse modelo, pois aposentadoria não é favor a ninguém, mas sim um direito inalienável de quem batalhou muito na estrada da vida!

## O que Davos apontou sobre a importância da longevidade na economia mundial (Parte 1)

JULIANA RAMALHO  
CEO DA TALENTO SÊNIOR E PARTICIPOU NO 'DAVOS INNOVATION WEEK',  
UM FÓRUM DE INOVAÇÃO QUE OCORREU SIMULTANEAMENTE AO FÓRUM  
ECONÔMICO MUNDIAL EM DAVOS, NA SUÍÇA

Sobretudo, para os profissionais mais maduros, esse tipo de oportunidade abre um leque bastante interessante de atuação. Apesar de Davos estar muito focada no importante tema 'Mudanças Climáticas', também foi motivador mostrar que se tivermos um planeta bom para vivermos muito tempo, precisaremos de oportunidades de trabalho para sermos mais ativos também por mais tempo. Se a longevidade do ser humano aumentou, nada mais natural que o mesmo aconteça com

o seu prazo de disponibilidade para o mercado de trabalho.

Durante uma passagem pela ONU de Genebra, segunda maior sede da ONU depois de NYC, notamos que o tema ainda não aparece como alarmante ou urgente. Até por isso ainda não tem destaque nas ODS 2030 (apesar de estar lá de forma indireta sim).

No Brasil, o Censo 2022 causou impacto ao revelar dados sobre o envelhecimento populacional, que encolheu 6,45%, ou seja, quase 5

milhões abaixo da estimativa do IBGE, que atribui o fato aos níveis reduzidos de nascimento, migração para fora do país e queda da taxa de mortalidade. Estamos seguindo para um país com cidadãos mais maduros que jovens. O Brasil já ultrapassou a marca de 54,8 milhões de pessoas com mais de 50 anos e, segundo o contador do site Longevidade, a cada 20 segundos o país acrescenta mais um brasileiro cinquentão.

De acordo com as perspectivas

do IBGE, em 2043, um quarto da população deverá ter mais de 60 anos, enquanto a proporção de jovens até 14 anos será de apenas 16,3%. Teremos mais habitantes maduros que jovens. No âmbito da economia, a diminuição da população em idade ativa pode afetar a oferta de força de trabalho, a produtividade das empresas e o crescimento econômico do país. O aumento da demanda por serviços de saúde, cuidados de longo prazo e aposentadoria, gera desafios para

o sistema previdenciário e de saúde.

Viver mais, apesar dos desafios, vai trazer oportunidades para ajudar no desenvolvimento de setores específicos da economia brasileira. Além disso, profissionais com mais experiência colaboram para o impulso da inovação. A diversidade geracional é crucial para incentivar a criatividade, o pensamento inovador e o sucesso dos projetos, trazendo benefícios como: experiência e conhecimento, pensamento estratégico, resolução de problemas com

plexos, colaboração intergeracional e empatia com o público-alvo.

Olhar para a desconstrução do etarismo é uma urgência para o planeta que envelhece e precisa cada vez mais pensar estrategicamente no desenvolvimento da economia dos cuidados. Sem dúvida este tema será muito importante na revisão das ODS depois de 2030. E até lá, teremos muito a fazer para garantir que o olhar para essa população não seja apenas econômico, mas também humanitário e inclusivo.

## Como os data centers devem prevenir violações de dados que impactam a sociedade

FERNANDO RIBEIRO  
COORDENADOR DE SISTEMAS DA ODATA



A violação de dados digitais é um fenômeno que se tornou uma preocupação constante na era da informação. Desde a chegada da internet, na década de 1990, os sistemas computacionais têm sido bastante impactados com diferentes ameaças cibernéticas que surgem diariamente. Consequentemente, esse também tem sido um grande ponto de atenção no mundo empresarial, uma vez que, com a ascensão da tecnologia e do home office, cada vez mais organizações são expostas ao ambiente online.

Em 2022, 257 terabytes de

dados foram vazados em todo o mundo, segundo relatório da empresa de cibersegurança Tenable. O levantamento aponta que, deste número, 43% foram vazados somente no Brasil. Essas ameaças cibernéticas têm ocorrido com certa frequência em todo o mundo e, na América Latina, 39% dos executivos de tecnologia se dizem comprometidos em fortalecer a segurança de TI com investimentos ainda este ano, de acordo com o estudo IDC Cyber Security Research Latin America 2023.

Mas o que são consideradas

violações de dados? Na prática, estamos falando do acesso não autorizado à infraestrutura de armazenamento de informações – como os data centers – de forma física ou virtual. Nesse sentido, esses locais desempenham um papel crítico na proteção e preservação desses dados, sendo considerados fortalezas digitais por serem projetados com sistemas avançados de segurança e protocolos rigorosos de proteção para garantir a integridade e confidencialidade dos dados armazenados.

Quando ocorrem invasões fisi-

cas, os danos podem ser devastadores, abrangendo desde o roubo até a destruição ou manipulação não autorizada do hardware do data center, resultando na perda de dados e em interrupções operacionais. Muitas vezes, isso acontece devido à exploração de controles de acesso fracos ou sistemas de vigilância inadequados, destacando a importância da segurança física nos data centers.

Por outro lado, as violações cibernéticas representam uma ameaça igualmente substancial. Nesses casos, é a infraestrutura virtual dos data centers que está em risco. Isso porque os invasores se aproveitam de diversas técnicas, como malware, ransomware e phishing, com o objetivo de comprometer servidores, acessar dados armazenados ou até mesmo alterar informações sensíveis.

Como os data centers devem se fortalecer para prevenir violações de dados?

A proteção de um data center é um processo contínuo que requer uma combinação de medidas físicas e digitais, bem como uma cultura de segurança sólida para assegurar que os dados armazenados não sofram qualquer violação. Para isso, é necessário considerar diversas medidas, como a criptografia de

dados, que os protege tanto em repouso quanto em trânsito. Em outras palavras, eles são codificados de modo que apenas pessoas autorizadas possam acessá-los, ainda que caiam em mãos erradas em caso de roubo físico dos equipamentos.

Outra medida importante para levar em consideração é a implementação de uma autenticação multifatorial (MFA), que nada mais é do que uma camada extra de segurança crítica. Com isso, os invasores enfrentam obstáculos significativos para acessar os sistemas, pois, além das credenciais de login, também precisam de um segundo fator – como um código gerado no celular do usuário.

Com o objetivo de identificar qualquer atividade suspeita e deter intrusos antes que eles causem danos, o uso de sistemas avançados de vigilância com câmeras é imprescindível. Adicionalmente, também pode ser interessante implementar o controle de acesso com cartões de identificação e registro de acesso – mecanismos eficazes para limitar quem pode entrar no data center e manter um histórico de quem esteve presente, o que pode contribuir bastante em investigações de incidentes de segurança.

Por fim, não poderíamos deixar de mencionar uma das principais maneiras de evitar vulnerabilidades

virtuais. Estamos falando do gerenciamento de patches de segurança e atualizações de software nos aplicativos e sistemas que hospedam os dados nos equipamentos do data center. Quando mantidos atualizados regularmente, evita-se uma exposição a ataques cibernéticos.

As consequências das violações de dados podem se estender para muito além dos limites das paredes de um data center. Elas podem impactar negócios, indivíduos e, até mesmo, infraestruturas críticas – criando uma cascata de danos devastadores de longo prazo às relações comerciais de uma organização. Os clientes, por exemplo, podem perder a confiança na capacidade do data center proteger as suas informações sensíveis, ocasionando eventuais cancelamentos de contratos e a perda de futuras oportunidades de negócios.

Adotar boas práticas de segurança cibernética nos ambientes de TI fortalece as defesas contra violações de dados em um cenário de ameaças em constante evolução. À medida que a sociedade depende cada vez mais de informações digitais, a proteção desses ativos se torna fundamental. Portanto, é essencial que as empresas invistam em segurança física e virtual sólida para proteger os seus sistemas de armazenamento de dados.